

**Fazeres, usos e convivências na feira: entre composições
normalizadoras e atravessamentos micropolíticos**

Performs, uses and acquaintanceships at the open-air market: between
compositions of uniformization and micropolitic crossings

Lázaro Batista; Marina Luiza Pereira Guimarães

Universidade Federal de Roraima

RESUMO:

Busca-se problematizar como a constituição de uma cidade ordenada e higienizada reverbera nas práticas cotidianas de feirantes, usuários e frequentadores da “Feira do Produtor Rural”, em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Recorrendo a aspectos metodológicos da etnografia e da cartografia, entre março de 2015 e março de 2016, foram realizadas observações participantes, acompanhando o cotidiano dos feirantes. A elas juntam-se conversas formais e informais com comerciantes e frequentadores, além de participação em atividades ou iniciativas públicas dentro da feira. Os resultados apontam para o intrincado jogo de forças entre dispositivos que não cessam de ordenar os espaços e definir os lugares de cada coisa, e as micropolíticas que transpõem, anulam e/ou resistem a esse projeto de normalização da feira.

Palavras-chave: feira; cidade; normalização.

ABSTRACT:

It aims to inquire how the constitution of an orderly and sanitized city resounds in the daily practices of the marketers, users and goers of the “Rural Producer Market”, on Boa Vista, capital of Roraima’s state. Resorting to the methodological aspects from ethnography and cartography, between March 2015 and March 2016, it was performed participant observations, by following marketers’ daily. These observations are piece together to formal and informal talks with the marketers and goers, besides the participation in activities and public initiatives going into the open-air market. The results indicate to the crabbed mesh of forces among dispositive that do not stop ordering the spaces and defining the places of everything and the micropolitics which transverse, annul and/or resist to this normalization project of the open-air market.

Key-words: open-air market; city; normalization.

Introdução

Manhã de sábado em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Diferente da maior parte do ano, um chuvisco anuncia tempo fechado, sol encoberto. Numa das muitas avenidas que demarcam o traçado planejado da cidade, uma mistura de mercado público e feira livre nos convida a mais um dia de pesquisa. É a Feira do Produtor Rural, localizada na zona sul da cidade.

Pessoas circulando, banca com vendedores, cheiros de toda sorte, carros enfileirados, mercadorias e mercadores à amostra. A mistura entre feira e mercado cria confusão para quem quer se localizar: sair e entrar pode ser feito por entradas que podem ser saídas, saídas que podem ser entradas, entradas sem saídas e saídas sem entradas. Um muro diz delimitar onde começa a Feira e seus acessos, mas em seu entorno outros comerciantes, barracas, cheiros e pessoas desmuram aquele mundo.

Na entrada principal, uma rua lamacenta, com um fedor peculiar, abriga botecos e caras pouco convidativas às sensibilidades mais modernas. Também venezuelanos vendendo produtos contrabandeados e comerciantes que, ou porque não podem ou porque não querem, se recusam a pagar as taxas cobradas no intramuros. Vendem ali, do lado de fora. Ou melhor posto, transpassam a noção de dentro e fora para aquela feira-mercado.

A rua, esburacada, cheia de poças fétidas, quando não recoberta de uma escura, viscosa e não menos fedorenta lama que dá acesso ao portal principal, parece exasperar os elementos de desordem dele em relação ao ‘dentro’ da feira. Não que seu interior seja por inteiro disciplinado, mas ao atravessarmos o portão no sentido inverso dos carros, parece que entramos em contato com outra feira.

Quem negocia ali não paga tributo. Aquela é uma zona livre. Uma liberdade que alcança a vida desde o mais elementar: sem a cobrança de taxas para se comercializar, sem as reservas morais que impedem o trago e o gracejo, sem a higiene que impede o fedor e o lodo. Assim, a rua parece carecer de ser a mais nociva ao passante, de modo que quando este alcance o portão de entrada, algum conforto lhe seja propiciado. Alguma segurança lhe seja garantida, segurança fardado – inclusive.

Assim, nesse sábado de chuva, essa outra feira, a que fede, mostra-se desejosa mesmo é de antemurar as coisas. Contra aquilo que a quer organizada, limpa e fiscalizada, ela invade outros lugares e cria relações outras. Espalha-se a contragosto e cheiros. Sisuda, embriagada, suja. Mais do que isso: ela invade mesmo aquela feira do portão, na medida em que lhe lembra que ela só pode existir pelos braços dos ébrios dos

barezinhos do lado. Desafia o projeto de organização e normalização que à cidade é demandado, cindindo as pretensões de modernidade que esse projeto anuncia.

É a partir das imagens suscitadas por essa pequena narrativa, fragmento de diários de pesquisa, que o presente artigo visa a discutir como se constituem as interfaces entre um projeto de modernização da capital do estado de Roraima e algumas das muitas estratégias de luta e resistência ensejadas em seu interior. Tomando como analisador os processos de subjetivação experimentados por feirantes, usuários e passantes da Feira do Produtor Rural, busca-se problematizar como a constituição de uma cidade ordenada e higienizada reverbera nas práticas de seus habitantes.

Parte-se da concepção da feira como metáfora do próprio caleidoscópio que compõe a existência humana: a feira é um lugar rico, singular nas pluralidades que contém. Diversa em experiências, gente, cheiros, sensações e, sem fugir de seu fim mais óbvio, diversa também em mercadorias. É lugar de ver e ser visto, de particularidades, de exposição, de encontros, de contato, mesmo que efêmeros. Nesse contexto, busca-se acenar o que se passa pelas e nas feiras, para que elas, aparentes elementos deslocados de sua atualidade, continuem a ser importantes para a dinâmica socioeconômica e espacial e para a vida cotidiana da cidade, tornando-se um elemento de persistência e de resistência diante desses outros processos que a querem sufocada.

Nas tramas da cidade: algumas notas históricas

Como primeiro ponto em que nos deteremos, é apresentado um breve remonte de algumas concepções inerentes à cidade, suas formas de ocupação e suas possibilidades de ruptura, extravio ou fuga de um plano de ordenamento. Posterior a isso, também se anuncia uma breve exposição a respeito de como e onde situam-se as feiras nesse cenário. De partida, vale mencionar que subjaz aqui a concepção de que não se pode tomar a cidade como uma realidade dada, pronta ou finalizada, mas como algo processual, em constante processo de mutação, de modo que o cientista da cidade lida então com fragmentos dessa urbe historicamente decomposta (LEFEBVRE, 2008).

Isso posto, tendo por parâmetro o contexto europeu, é interessante retornar àquilo que se concebia como cidade anteriormente ao projeto de modernidade e às transformações pós-Renascentistas. Para tal, é viável voltar-nos, de maneira simplificada, a alguns aspectos característicos da Idade Média que, de algum modo, ainda versam sobre a nossa sensibilidade atual e os modos como lidamos com ela.

Rodrigues (1999) nos apresenta o medievo como um tempo de uma “cultura de todos” (p. 41), no qual não se faziam distinções verticais entre a cultura da elite e a cultura popular. Tal característica diria respeito intrinsecamente à cosmovisão de integridade absoluta partilhada na Idade Média. Nesse modo de entender e partilhar do mundo, havia, uma fusão de tudo, sem diferenciação ou oposição; tudo estava conectado e ligado, as coisas estavam implicadas umas nas outras, constituindo assim uma “espécie de amálgama” (p. 41). Do mesmo modo, estavam dispostas as coisas no espaço físico: tudo se misturava numa coabitação que nada tinha de relação com as condições econômicas partilhadas na época em particular; entretanto, era característica dessa visão de mundo que unia tudo a tudo. Nesse sentido, não se distanciavam homens e animais, assim como não se opunham cosmos e natureza, misticismo e divindade, falso e verdadeiro, ao menos da maneira excludente que entendemos atualmente.

A cidade medieval não era exceção a esse caráter incorporador do medievo. A cidade era aglomeração (LE GOFF, 1989). Campo e cidade se coadunavam na medida em que o campo invadia os muros, janelas e torres do urbano. A subsistência da cidade se dava ali, nos quintais, nas janelas das torres: a cidade estava dentro do campo (LEFEBVRE, 2008). Cidade era lugar de passagem: reunia os locais de atividades burocráticas. Não surgia, pois, de um planejamento bem delineado que anteviesse possíveis obstáculos e uniformizasse toda a paisagem para a realização das atividades urbanas: as obras eram pontuais e locais, não atendendo a uma uniformização geral que testemunharíamos em seguida.

Desse modo, acolhendo às demandas dos pedestres, ao nosso olhar moderno, as ruas medievais poderiam ser apresentadas como estreitas e ruidosas; porém há que se considerar o aspecto atrativo inerente a elas, lançando os habitantes à comunicação e ao contato direto uns com os outros, com os animais e com a cidade (RODRIGUES, 1999). No mesmo sentido, Le Goff (1992) apresenta a urbe medieval como policêntrica, suas ruelas dotadas de caminhos tortuosos, por vezes formando um emaranhado de caminhos que se assemelhavam a labirintos.

Ainda segundo Rodrigues (1999), até o século XV, a cultura de todos predominou. Entretanto, caminhando ao seu lado, desenvolvia-se uma cultura para poucos, a “cultura para os instruídos” (p. 37). No início do século XVIII, a elite, o clero e a nobreza já haviam se distanciado definitivamente dos subalternos e, conseqüentemente, abandonaram também sua cultura. O movimento agora era de total oposição e distinção àquilo que era característico das classes mais abastadas. Aqueles

que se diziam esclarecidos não mais podiam ser confundidos com quaisquer outros que não partilhavam de sua nova cultura. Assim, na medida em que passou a se retirar do convívio dos comuns – e reservar-se a locais específicos: universidades, escolas, catedrais, etc. – essa cultura da elite passou também a segregar e distanciar.

Atrelada a esse surgimento de uma cultura mais polida, a filosofia mecanicista de René Descartes (1596-1650) apresenta à humanidade um racionalismo radical que transforma diversas instâncias da vida material, religiosa e simbólica. O dualismo entre corpo e alma – anteriormente inconcebíveis como distintos e separáveis – é um dos exemplos de novas concepções desses novos tempos que interferiu diretamente nos modos de ser da vida cotidiana. Assim como o homem, a cidade deveria também ser dotada de razão, deveria ser o palco perfeitamente delineado para o homem executar sua racionalidade.

A partir desse cenário, o mundo amalgamado que não fazia distinções e que unia tudo a tudo passou a ser, gradativamente, desempilhado, distinguido, contraposto e esquadrihado, à medida que a cultura oficial ganhava mais espaço e garantia a efetividade de seus poderes – clero, nobreza, elite – e de suas novas concepções (RODRIGUES, 1999).

Momento crucial dessa mudança dá-se já no século XVIII, quando há a necessidade de unificação do poder urbano. Segundo Michel Foucault (2008), diante das recorrentes revoltas urbanas como resultantes de uma oposição cada vez maior entre poderes heterogêneos e uma distinção crescente entre ricos e a plebe, instaura-se o “medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade” (p. 87), de modo que se fazia necessário constituir a urbe como uma unidade coesa e coerente, regulamentada por um poder homogêneo e único. Assim, o modelo de intervenção empregado foi o da quarentena, advindo do esquema médico ocasionado pela peste, consistindo num modelo militar de “análise minuciosa da cidade” (p. 89).

Caracterizada por Foucault (2008) como uma das categorias de medicina social, esse tipo de prática e saber médico é especificado por ele como uma medicina urbana e pode ser resumida em três aspectos principais: análise das regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano, controle e o estabelecimento de uma boa circulação da água e do ar e pela organização das distribuições e sequências de seus problemas (DREYFUS; RABINOW, 1995). Dessa forma, após o esquadrihamento, ocorre um controle dos locais comuns: os matadouros, os cemitérios, os ossuários,

assim como quaisquer locais de circulação, traçando um movimento de medicalização urbana.

Essa configuração dada à cidade a partir da segunda metade do século XVIII se insere nas mudanças inauguradas pela ascensão de uma forma de governar que extrapola os processos de individualização, típicos do poder disciplinar (FOUCAULT, 1999). Nominando essa nova ‘arte de governar’ como biopoder ou biopolítica, Foucault (2008, 1999) se atem a estudar os chamados ‘mecanismos de regulação’ da vida que esse poder faz funcionar, atrelando-os ao que ele denomina norma.

Assim, diz ele, diferente do antigo modelo disciplinar, no qual o que estava em questão era o controle e escrutínio dos espaços e tempo, tendo em vista a máxima individualização e a produção de corpos dóceis, nos procedimentos biopolíticos não se tratará somente da distribuição e vigilância dos indivíduos dentro de uma série de instituições que começam a surgir, mas de abordar alguns fenômenos amplos da vida biológica. Em lugar de um poder que se interessa pela produção de um corpo individual, as mudanças do espaço urbano se inserem nas tramas de um poder que se volta para o cuidado sobre a vida enquanto espécie, atentando para uma série de eventos (mortalidade, fecundidade, natalidade, higiene, etc.) que se relacionam ou dizem respeito, mais do que ao indivíduo, a uma determinada população.

Porém, perseguindo o que propõe o próprio Foucault (2008), há que se acreditar que esse projeto de disciplinamento da cidade, desde seu surgimento, tem que conviver com práticas sociais que a ele resistem ou dele desdenham.

As feiras e sua inscrição na cidade: peculiaridades e resistências

Exemplo disso, poderíamos enunciar a feira, no sentido de que, sendo uma manifestação de tempos anteriores a esse processo de medicalização da cidade, a ele resiste, coexistindo. Por um lado, a incorporação medieval do peregrável, como bem nos apresenta Rodrigues (1999), pode ser observada sem maiores aprofundamentos naquilo que se faz de mais óbvio dentro de uma feira: incorporam-se cheiros, impressões, sensações e afetos advindos seja dos diversos produtos dispostos à venda, seja da multiplicidade de gentes e frequentadores, ou dos sobejos que se amontoam ao longo de toda a extensão de uma feira. Tal incorporação, aos olhos da cidade que se quer asséptica e moderna, por certo, se apresenta enquanto modo indevido de uso de tais espaços e *locus* de perigo e insalubridade (SOUZA, 2010).

Sem descartar de todo a presença desses elementos e as intercorrências a eles relacionadas, porém, a pista que perseguimos aqui é de apresentar essa incorporação tão vasta e heterogênea como denotativa de certa porosidade na feira. Por não apresentar limites geográficos bem delimitados – embora por vezes a queiram assim, com suas entradas que são também saídas, começos que são fins, ruas e vielas que a atravessam (LOPES; SANTOS; PROTÁZIO, 2011) –, dizemos dessa porosidade para sublevar como as feiras se fazem na ocupação das fronteiras entre os espaços físicos e geográficos, reinventando-os e traçando novas possibilidades de ocupá-los.

Aqui, a feira aparece relacionada à concepção de contemporâneo do filósofo italiano Giorgio Agamben (2009). Para ele, ser contemporâneo é partilhar de uma relação singular de desconexão e dissociação com o próprio tempo. Entretanto, essa fratura não se dá de maneira descompromissada ou passiva, nem através de uma relação nostálgica, mas sim como um exercício infundável de não se adequar, de recusa do que o presente acena como já dado, de neutralizar as luzes desse tempo para voltar-se àquilo que constitui a obscuridade dele. Essa obscuridade confronta-nos, chama-nos às explicações. O contemporâneo é intempestivo, nesses termos, ao passo que adere e se afasta simultaneamente. Define-o Agamben (2009) como um interpolar-se entre o ‘não mais’ e o ‘ainda não’, “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar” (p. 65).

Assim, uma feira pode mostrar-se como elemento de contemporaneidade quando consideramos sua não-coincidência perfeita com seu próprio tempo, o estado de hibridez ao qual adere no hoje, comportando sua origem – nos tempos medievais – e suas atualizações que agora podem ser observadas. Seus movimentos e práticas de resistência reivindicam seu espaço na atualidade, ao mesmo tempo que demarcam a origem da sua existência, mostrando-se inatual, escapando às adaptações que o presente lhe exige.

Ainda sobre esse caráter de elaboração e inventividade que é encontrado na feira, podemos citar modos outros de cuidado e higiene que, como aponta Souza (2010), são constantemente reinventados no cotidiano da feira: o papelão, voltado com a parte “lisa” para cima, abriga as vísceras bovinas e, conseqüentemente, tem sua parte “contaminada” pelas tintas das letras nele impressas voltada para baixo, sem ter contato com a mercadoria a ser vendida. Esse aspecto nos remete ainda para um exercício de elaboração dos feirantes, referente à relação que eles estabelecem com os olhos

vigilantes e coercitivos do Estado: vigilância sanitária, fiscais em geral, etc., que não cessam em tentativas de regulamentação e ordenamento da feira.

Novamente, a feira rompe com as fronteiras, ou melhor posto, ela malha esses limites – característica que a torna cenário para as tramas da vida cotidiana, efetivadas por meio dos encontros e conversas. É nesse sentido que Lopes e Pontes (2013) apontam a feira também como cenário para a produção do inesperado, lugar das “multiplicidades vivas” (p. 116). Ela extrapola as relações estritamente comerciais, criando um ambiente de junção de tudo o que parecia não poder ser unido, compondo um fluxo próprio e particular em meio à desordem.

A Feira não é um resquício com validade expirada, mas se coloca numa formação histórica combinada, negociando com as diferentes forças expulsivas e forças aglutinadoras. Não é resíduo nem “caco”, mas totalidade simbiótica de modernidades ou temporalidades sedimentadas ou justapostas. [...] A Feira, para existir na duração do tempo, tem que ter a capacidade de resistir. Isto é, ser capaz de mudar constantemente. (SOUZA, 2010: 226)

Desse modo, frente às tentativas de sufocamento dessas práticas apreendidas na feira, esta seguiria se reinventando e estabelecendo sua própria ordem, em meio ao que, muitas vezes, é observado como desordem. A despeito da exigência de ordenamento, disciplinamento e normatização da cidade, a qual imporia à feira sua introdução em um circuito comercial devidamente esterilizado, categorizado e imunizado, ela se mantém, engendrando outras formas de existência, a partir a capacidade de incorporar em si o atual (LOPES; RIBEIRO; SANTOS, 2010), mesclando os modos anteriores de ocupação com configurações atuais de urbanidade.

Isso, em alguma medida, retoma uma concepção de atitude-limite que notabiliza a ontologia do presente (FOUCAULT, 1984, 2005). Podemos reconhecê-la na feira a partir dos encontros entre aqueles que a fazem, os quais vão muito além da compra e venda das mercadorias disponíveis. Produtores, feirantes, ambulantes, fregueses e passantes – até mesmo aqueles não humanos, como os gatos e cachorros – inventam modos outros também de se relacionar, partilhar conversas, narrativas, histórias e afetos (PONTES, 2012).

Assim, pode-se relacionar que dentre as invenções que a feira esboça cotidianamente, a amizade também se faz presente. Para muito além do circuito comercial que pode se apresentar como uma característica primeira da feira, os vínculos de amizade que se estabelecem nela ultrapassam as relações de compra/venda e

perduram nas lembranças dos afetos e nas saudades perpetradas pela ausência de novos encontros (PONTES, 2012).

Aqui a amizade é concebida a partir de duas observações. A primeira delas, conforme exposto por Deleuze (1996), de sua existência como sendo uma “questão de percepção”. Não apenas ou tão somente uma percepção de pontos comuns ou de confluência de ideias, mas a percepção de signos. O amigo, portanto, é aquele que tem a capacidade de tomar os signos dispostos por um sujeito e decifrá-los, não para concordar com estes ou segui-los, mas apenas para recebê-los e codificá-los.

Amizade na feira, portanto, que não se dá no consenso ou concordância tácita. Exatamente em seu oposto: na convivência com o diferente, ou que diverge. Já a segunda observação diria respeito às atribuições que essa amizade teria nesse contexto. Amparados nas ideias de Foucault (1981), aqui concebe-se uma noção de amizade como um modo de vida que se opõe aos processos biopolíticos. Nesse sentido, as relações de amizade firmadas na feira servem como indícios de resistência aos processos de normalização, hierarquização ou disciplinamento que se quer constituir. Amizade que se vincula a práticas de elaboração, processos de subjetivação e de cuidado sobre si mesmo e o mundo. Nos dizeres de Foucault, fazer da amizade um modo de vida (FOUCAULT, 1981).

Uma concepção que atrela ou reativa a função narrativa, a necessidade de compartilharmos nossas experiências (BENJAMIN, 1994). Isto é, aponta esboços de uma narrativa outra, que se faça no sucatear daquilo pelo qual a história oficial não nutre interesse, aquilo que foi tão bem apagado pela enxurrada dos grandes feitos que nem a memória de sua existência sobreviveu (GAGNEBIN, 2009). O “narrador sucateiro” (p. 54), nessa ótica, não quer protagonizar as narrativas que transmite; pelo contrário, o anonimato muito mais lhe diz respeito, dedicando-se às migalhas que a tradição deixou, os restos, o que essa história comporta de pequeno, o menor, mas que a todo momento nos atravessa e nos faz tropeçar. Tudo o que foi jogado, quebrado e considerado perdido, o narrador dedica-se a resgatar, recolher e colecionar, traçando uma narração das próprias ruínas.

Nesse sentido, as narrativas que se tecem e são transmitidas na paisagem de uma feira comportam essa recusa do protagonismo naquilo que é narrado. Em outra direção, essas narrativas são atravessadas por cada passante que se afeta com aquilo que é

contado, cada cliente que chega mais próximo à banca e se sente captado pela conversa, tendo também voz para compor a trama (LOPES; RIBEIRO; SANTOS, 2010).

Assim, compondo e decompondo narrativas, a feira como cenário para a vida cotidiana, produtora de “interferências” (LOPES; SANTOS; PROTÁZIO, 2011: 119), fabrica também os começos. Cada um que faz a feira estabelece a possibilidade de um começo: cada freguês que se aproxima de uma barraca, cada feirante que atrai ainda mais o passante com um “pode chegar, patrão”, são marcos dos começos. Para o que há de mais óbvio numa feira, um começo que convida à compra e venda. Para o que há de antropológico, começos que convidam às conversas, à troca das experiências e das lembranças que nos atingem através das narrações. É um chamado à impressão das marcas, a deixar os rastros do encontro que se arranjou.

É desse modo que, em síntese, através do fluxo que a faz movimentar-se em desvio daquilo que a quer silenciosa e desinfetada, a feira, na sua inventividade, comporta o que há de mais elementar: ela comporta vida.

Sobre o método e as delimitações do campo

Metodologicamente, este trabalho aproxima-se da etnografia e da cartografia, naquilo que se refere a não tomar o campo como um dado a ser representado ou puramente desvelado, mas como algo processual, que deve ser tomado a partir do primado da experiência e que se produz no desenho da rede de forças a qual o objeto ou o fenômeno em questão se acha conectado, dando conta de suas modulações e de seu devir (BARROS; KASTRUP, 2009).

A partir dos dispositivos metodológicos da abordagem qualitativa, desse modo, pauta-se no acompanhamento dos processos que atravessam o campo, a partir da imersão do pesquisador no plano da experiência, nas vivências em rede que se produzem no campo, em detrimento da suposição da possibilidade de representação objetiva de um fenômeno (BARROS; KASTRUP, 2009). Saber e fazer, portanto, estão coadunados nesse estudo, de modo que pesquisar é também intervir. Orienta-se, ademais, no exercício de busca daquilo que é instituinte, que difere e que não se encontra estabelecido a priori (PASSOS; BARROS, 2009).

Nesses termos, esta proposta tem se engendrado na observação cuidadosa e na sistematização etnográfica do campo, assim como na produção de registros e diários cartográficos. Atem-se a levantar narrativas das pessoas, à realização de observações assistemáticas e participantes da dinâmica da vida cotidiana e dos modos de

funcionamento institucional, fazendo-os momentos fundamentais da pesquisa, ao passo em que corroboram e remetem diretamente à dimensão participante dos pesquisadores e ao traçado do plano comum do fazer pesquisa (KASTRUP; PASSOS, 2014).

Através dos contatos estabelecidos com aqueles que fazem a feira, engendram-se narrativas que versam sobre questões que remetem a dimensões que ultrapassam o fenômeno comercial. Para manter a escuta atenta a essas narrativas e abrir a possibilidade de transmiti-las nos diários, utilizam-se aqui as concepções de narrativa delineadas por Walter Benjamin (1994), a partir da partilha de experiências dignas de transmissibilidade. Nesse formato de registros, a escrita é realizada em um exercício constante de tecedura, construindo e desconstruindo o aglutinamento de ditos que relatam as histórias, de modo que não se faz em uma linearidade que implique um fim. A partir daquilo que não serve à história oficial e seus grandes feitos – os rastros e restos que a história do pequeno comporta – é possível ao narrador apanhar, resgatar e sucatear os rastros daquilo que é fadado ao esquecimento pela história geral.

Desse modo, a partir das conversas e narrativas, a produção de dados de pesquisa é realizada levantando pistas que possibilitem reflexões acerca dos fenômenos que atravessam o campo, construindo um caminho pautado no primado da experiência do que a feira, nesse estudo, tem a nos oferecer – e do que também temos a oferecer-lhe (PASSOS; BARROS, 2009).

Orientados por isso, foi elegida como campo de pesquisa a Feira do Produtor Rural, localizada no município de Boa Vista – Roraima. Inaugurada no ano de 1993, a feira se mostra através de suas duzentas e cinquenta bancas, além de seus quiosques. O maior fluxo de frequentadores se dá nos finais de semana, principalmente aos sábados. Está localizada no bairro São Vicente: a entrada oficial de carros é pela Rua Ricardo Fróes, enquanto a saída dos mesmos se dá pela Av. Venezuela. Há outras opções de entradas em todo o entorno da feira, além de barracas dispostas do lado de fora dos muros que a delimitam – uma “feira alternativa”, que ocupa a lamacenta e esburacada Rua Ricardo Fróes e emoldura a feira “oficial” do Produtor Rural.

A Feira do Produtor é administrada pelo Governo do Estado de Roraima, mais especificamente pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com suas características peculiares de mercado público, mesclando-se com bancas ao estilo de feira livre, são disponibilizadas para venda uma série de mercadorias, tais como frutas, verduras, legumes, polpas de frutas, ervas, temperos, grãos, farinha, aves,

peixes, carnes, roupas, calçados, materiais de limpeza, eletroeletrônicos, panelas e brinquedos.

Embora a maioria dos produtos seja exposta diretamente sobre as bancas, também há a ocorrência de funcionamento de um minimercado de produtos alimentícios e algumas frutarias com estufas especiais para resfriamento e conservação. Além disso, também existem espaços destinados a servir lanches e refeições, funcionando em quiosques. Ademais, no sentido antropológico que atravessa e compõe a feira, também são disponibilizados para a troca os cheiros, afetos, histórias, narrativas, sons, conversas, vínculos e sensações, que atingem os frequentadores, convidando-os ao contato.

Os registros audiovisuais e diários de campo, elementos fundamentais desse trabalho de pesquisa, resultam de quinze meses de visitas, observações livres e participantes, realizados entre os meses de março de 2015 e junho de 2016. Tais idas a campo, para uma compreensão simplificada dos procedimentos metodológicos, podem ser agrupadas em dois momentos de pesquisa interdependentes.

Primeiro momento: observando a feira

Dentro dessa abordagem metodológica, um primeiro momento iniciou-se ainda antes da institucionalização da pesquisa, quando se esboçaram visitas ao campo. Nosso objetivo nesse momento era realizar observações assistemáticas participantes, além de conversas informais com consumidores, fiscais da feira, passantes e feirantes. Tais idas se mantiveram entre os meses de março e novembro de 2015.

Sem locais de permanência ou sujeitos específicos nesse momento, as andanças pela feira se deram nos territórios que os processos que acompanhávamos atravessavam, nos chamando a habitá-los. Não tínhamos, portanto, um roteiro de entrevista previamente construído, questionários ou perguntas padronizadas. A proposta era mergulhar no cotidiano da feira, tentando ouvir suas narrativas e observar os acontecimentos fortuitos e inusitados de seu dia-a-dia.

Nessa etapa da pesquisa, nossa atividade consistiu em dois procedimentos. O primeiro deles, como dito, o de deambular pela feira, andar sem objetivos em vista. Nele, tínhamos em vista despertar o olhar etnográfico àquilo que a feira poderia nos apresentar. A isso, juntava-se um momento no qual elegíamos um ponto de observação do qual passávamos a enxergar e conhecer feirantes, compradores e passantes.

Por fim, as impressões e sensações dessas vivências experimentadas nas caminhadas e conversas eram reunidas em registros escritos em forma de diário de campo, com as impressões e apontamentos sobre os encontros daquele dia. Além disso, também foram feitos registros fotográficos das atividades cotidianas da feira e de eventos sociais ocorridos durante esse período em seu interior.

Segundo momento: acompanhando processos

O segundo momento constitui uma “parada no movimento” (KASTRUP, 2009). Nele, as deambulações ainda se mantiveram, mas a elas juntamos a escuta semanal de alguns personagens da feira. Assim, durante seis meses – entre dezembro de 2015 e junho de 2016 – foram feitas idas regulares à feira, sempre no período da manhã e prioritariamente nos finais de semana.

Nesse período, o trabalho de campo se voltou para o acompanhamento das atividades de alguns feirantes em específico. Isso demarca, portanto, uma relação mais próxima, conversando mais informal e demoradamente com eles, acompanhando e participando de suas atividades de venda (por vezes, inclusive, os auxiliando nas vendas), conversando sobre suas vidas na e para além da feira, experimentando o compartilhamento de experiências.

Através das conversas com os feirantes e das narrativas transmitidas por eles, algumas experiências foram partilhadas. Os encontros e o contato semanal permitiram a constituição de vínculos que transbordam a “coleta” de dados. Nas diversas narrativas, suscitaram-se temáticas sobre aquilo que compõe a feira em seu caráter estritamente comercial, assim como os elementos que a fazem um cenário de resistência aos processos de modernização da urbe.

O que se produziu na feira?

A partir das observações e diários de campo resultantes dos meses de pesquisa, podemos apontar alguns aspectos que demarcam histórias e sentidos singulares sobre alguns dos processos que percorrem seu cotidiano.

O primeiro deles diz respeito à atualização de incongruências ao projeto de cidade moderna, assim como no rechaçar de modos prontos de ser nessa urbe planificada. Diariamente, a Feira do Produtor comporta duas feiras que se tentam fazer

distintas: a feira ‘oficial’, do ‘dentro’, e a feira ‘extramuros’, a feira do ‘fora’, que emoldura sua entrada principal.

O disciplinamento, a cargo da administração superior, quer a feira tributada, higienizada e devidamente regulamentada. Bancas e barracas de acordo com a mercadoria vendida por elas, separadas em seções; produtos legalizados, com procedência que possa ser comprovada; tributos que justifiquem os privilégios de estar na feira do dentro. Normalização que alcançou também as pessoas.

Indício do que dizemos: o espaço a céu aberto no centro da Feira do Produtor, no início dessa pesquisa, era habitado por barracas vendendo produtos venezuelanos. Ali era o ‘cantinho da Venezuela’ dentro da feira, dentro de Roraima. Em meio às compras, as conversas sobre o país vizinho eram tecidas: como estava o câmbio, quais produtos estavam faltando nas prateleiras dos mercados fronteiriços, histórias de garimpagem, quais pontos turísticos estavam abertos à visitação. Durante as observações, percebeu-se uma paulatina expulsão desses feirantes e mercadorias que fogem a esses modelos e padrões ou que a eles não podem ou não querem se adequar. No lugar das barracas improvisadas ou dos produtos dispostos ao ar livre, surgiram vagas de estacionamento, cones de sinalização e controle de entrada e saída da feira “de dentro”.

Mas, fazendo jus à sua constituição nos moldes medievais, a Feira se recusa a habitar a cidade através das dicotomias enrijecidas, as quais não se adequam às suas necessidades. Foi assim no caso dos comerciantes expulsos do intramuros: estes passaram a vender seus produtos no entorno da feira. Assim, hoje aglomeram-se barracas e carros de venezuelanos na feira do fora, junto com todas as outras ‘escórias’ que a feira do dentro insiste em rechaçar para justificar suas taxas, suas regras, suas tentativas de higiene. A despeito dessa presunção à organização, seus usuários comuns passam, nesses termos, a operar na rua, fazendo dela lugar de exercício a seu direito à cidade (LEFEBVRE, 2008).

Para além dessa aparente cisão, todavia, queremos ressaltar que a Feira oficial e essa outra acabam compondo uma feira só. Como processos acompanhados nela que elucidam e exemplificam essa incorporação e a incongruência, encontramos feirantes de verduras, por exemplo, que começam a fazer o caminho inverso: ao invés de trabalharem nas barracas cadastradas no interior da feira, também passam a dispor barracas improvisadas na rua. A alegação para, além de pagar o tributo para habitar a feira de dentro, se situar nesses outros espaços é essencialmente a fuga ao padrão de ter que vender as mercadorias de acordo com as disposições da administração central. A

venda de cheiro-verde dentro da feira já é ‘monopolizada’ por alguns que desfrutam de localização privilegiada e encobrem o acesso a outras bancas. Diante desse cenário, a alternativa é vender cheiro-verde antes do freguês chegar nessas barracas que detêm certo privilégio: vendê-lo no portão de entrada.

Além destes, a feira incorpora também feirantes-ambulantes, os quais não possuem ponto fixo nem no ‘dentro’, nem no ‘fora’. Os fregueses desses nômades são os próprios feirantes das barracas. Não obstante se desprenderem da necessidade de pagar taxas e tributos ou da confecção e manutenção de um local onde exporiam seus produtos, para esses, as ferramentas que operam são outras. Basicamente, uma moto, bicicleta, carrinho ou qualquer outra coisa que sirva de suporte ao transporte da mercadoria e muita disposição para caminhar ao sol tórrido ou aos chuviscos esporádicos de Boa Vista.

Não é dentro nem fora, assim como não é nem feira livre nem mercado. É feira-mercado. É coexistência das duas coisas. Tais incongruências, sugere-se, podem ser vistas sob a perspectiva da presença de elementos de resistência na Feira do Produtor. Para além das dicotomias entre limpo e sujo, salubre e insalubre, lugar e não lugar, a feira, extrapolando o testemunho passivo, resistiria à sua modernização normalizadora, consistindo ainda naquilo que a originou: a incorporação e aglomeração medievais. Destaca-se nela a coabitação e a coexistência de elementos díspares, conforme aponta Rodrigues (1999). Resquício dessa cosmovisão medieval, a Feira do Produtor se faz e desfaz no desarranjo de seu desenho, no desencontro entre o que se quer dela e o que nela se processa, nas suas interligações tortuosas e irregulares com diferentes modos de ser, estar e ocupar a cidade (SOUZA, 2010).

Nesses termos, percebe-se que, apesar dos muros, entradas e saídas oficiais, todos esses ‘portões’ admitem e possibilitam o fluxo não coerente – de pessoas, bichos, carros, bicicletas, motos, cheiros, afetos, sujeira, lixo, etc. – que compõe diariamente a feira. Na esteira do proposto por Foucault (2008), pode-se dizer que a feira e suas gentes se fazem nas possibilidades de situar-se nas fronteiras.

Esse situar-se na fronteira aponta para as contingências encontradas no entremeio entre aquilo que já é estabelecido e o que está em vias de ser. Tomemos como exemplo disso a história de um casal de feirantes-ambulantes com a Feira. Ambos vendem produtos de medicina natural – remédios caseiros, ervas, pomadas, etc. Seu procedimento básico é: a senhora sai de barraca em barraca com os produtos, enquanto

o senhor fica de retaguarda. A senhora que anda por toda a feira, com sua sacola pesada aos ombros, ao receber pedidos de produtos de que não dispõe na sacola de imediato, avisa ao marido para ir buscá-los em casa, a alguns bairros de distância. Não são feirantes, nem deixam de sê-lo. Não têm barraca, embora vendam. Não expõem seus produtos, agem de acordo com a necessidade daquele que compra. Apreendem, desse modo, o sentido de fronteira como aquilo que nos constitui como parcial, como invenção constante de nós mesmos. E nesse interessante jogo que não se deixa capturar por uma cristalização identitária, o casal de idosos traça as estratégias de venda e de cobrança de seus produtos com o que dispõem: dois corpos velhos, uma motocicleta, duas sacolas de pano e algumas narrativas da vida cotidiana.

Do mesmo modo, isso se processaria diariamente, no traçar das estratégias de resistência ao disciplinamento, aos olhos vigilantes do estado que a rege – os fiscais que habitam a feira, a vigilância sanitária, as câmeras que captam as cenas cotidianas –, que não cessam em ordenar os espaços, definir os lugares de cada coisa, ditar modos de ser dentro dela. Pondo-se ativos nas micropolíticas que fazem funcionar em seu cotidiano, feirantes, ambulantes, compradores ou passantes dão outros sentidos aos limites que se quer impor à feira. Seja transpondo-os, seja malhando-os.

Outras fronteiras que se evanescem, inclusive, para se pensar os modos de ser fiscal na feira. Apesar da divisão bem definida de onde cada um deve atuar e o que vigiar, também eles, os fiscais, parecem habitar a Feira do Produtor de maneiras diversas. Esquadrinham os espaços utilizados para o estacionamento de carros, auxiliam nas manobras na confusão de elementos distintos, mas também chamam um freguês ou outro para comprar algo das barracas. Anunciam desde bancos de madeira até maracujás. Ensinam endereço, apontam a saída para um comprador confuso, tudo isso enquanto vestem o colete verde com os emblemas do Estado que lhe confere poder.

Isso abre a possibilidade de discutirmos também como se processam as relações que a feira comporta. Aposta-se aqui que, além das trocas comerciais de compra e venda, vigilância e escrutínio, o caráter antropológico e a incorporação de diversos elementos e modos de ser permitem à feira outras relações de troca ou partilha. Muitas delas, a partir do firmamento dos vínculos de amizade dentre aqueles que a fazem, transpassando categorias da vida humana afora o circuito mercantil.

Algo que se tornou patente, por exemplo, nos relatos de pessoas que mencionavam frequentar a Feira apenas por diversão, ou para não ficarem em casa. Viam na ida semanal àquele lugar a oportunidade de conversa e encontro. Para fazê-lo,

inclusive, abriam mão do fato de muitos dos produtos vendidos ali terem preço mais elevado do que os encontrados nos supermercados. Ou seja, preferiam pagar um tanto mais caro, em virtude das relações afetivas que mantinham na e com a Feira do Produtor. É assim que, a partir da percepção da feira como um cenário múltiplo para as existências humanas, lugar de ver e ser visto, de tato e de contato, a formação de afetos pautados na amizade é propiciada (DELEUZE, 1996).

Do mesmo modo, a partir do entendimento da inseparabilidade entre o fazer pesquisa e a vida, percebe-se também o traçado de vínculos de amizade entre os feirantes e pesquisadores. Assim, por identificação de signos emitidos por esses sujeitos de percepções semelhantes com relação ao cenário da Feira do Produtor, acentuou-se no trabalho de pesquisa a abertura ao contato, à escuta aberta às narrativas que se engendram num dia comum de feira. O gracejo, as piadas, o riso e o choro afloram soltos, constituindo a recepção desses signos e ressignificando as relações a cada conversa.

Nessa convivência com as diferenças – feirante/freguês, feirante/pesquisador – se traça um plano comum que tece questões sobre o fazer feira, a disposição das mercadorias nas seções regulamentadas pela administração, sobre os fiscais e a falta de algumas mercadorias. Mas também, e sobretudo, as conversas, fora de um roteiro pré-definido, por vezes fogem aos temas correntes e, assim, são tecidas questões sobre a vida, sobre o filho morto na juventude, a filha que foi levada pela mãe e não tem retornado ou as dores da velhice; as narrativas que traçava com o filho, ainda em vida, alguns anos atrás; ou, quando da ausência de um dos pesquisadores, a preocupação do feirante, os questionamentos sobre a falta naquele dia. Os abraços nas chegadas e partidas, a necessidade de saber e procurar garantir futuros encontros denotam o que Pontes (2012) exibiu como a extrapolação da pesquisa em lembranças dos afetos e necessidade de compartilhamento de novas experiências.

Considerações finais

Este texto se propôs a explicitar alguns dos processos inerentes às práticas de normatização, disciplina e controle, mas também de resistência a isso, que atravessam os modos de ocupação e partilha do urbano em Boa Vista-RR. Mais especificamente, aquilo que compõe e transpassa o cenário da Feira do Produtor Rural, seus modos de organização, de ocupação dos espaços e as relações sociais que nela estabelece.

Nesse sentido, há que se considerar as especificidades do campo em relação a outras feiras livres. A conjunção entre mercado público e feira livre tornou-se elemento central das discussões apresentadas, tendo em vista que considerávamos que se encontra nesse hibridismo um dos motes de como incidem sobre a cidade e seus habitantes as iniciativas de modernização urbana.

Do mesmo modo, também a especificidade do trabalho de pesquisa realizado deve ser posta em conta, uma vez que implicou um percurso que demandou amadurecimento de certas questões, mas também incitou a um contato entre pesquisadores e pesquisados que, à luz dos procedimentos metodológicos adotados, precisou ser diuturnamente “estranhado”. Ou seja, nega-se a pretensão à neutralidade científica, tentando tornar familiar o que é estranho, ao tempo em que desvela em estranheza aquilo que nos parecia familiar.

Assim posto, afirmam-se tais aspectos como versando sobre as tantas modulações dos acontecimentos que são delineados numa feira, mas que poderiam ser encenados em quaisquer lugares, a partir da situação de seus sujeitos nos limiares das resistências aos projetos que querem a cidade e seus acontecimentos devidamente equalizados.

Enfim, através do fluxo que a faz movimentar-se em desvio daquilo que a quer silenciosa e desinfetada, percebe-se que a Feira do Produtor e quem a faz se inserem numa rede própria, com regras também próprias, expandindo-se para espaços outros, construindo e recontando histórias. Assim, afirma-se sua inventividade, quando comporta o que há de mais simples no cotidiano: a Feira comporta vida.

Referências

- AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? In: _____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. p. 55-73.
- AUGÉ, M. Dos lugares aos não lugares. In: _____. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 71-105.
- BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.
- BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119. (Obras Escolhidas v. 1)

- _____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221. (Obras Escolhidas v. 1)
- DREYFUS, H., RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1o. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2008.
- _____. O Que São as Luzes? In: _____. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Editora Forense Universitária, 2005. p. 335-351.
- _____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-315.
- _____. Qu'est-ce que les Lumières?, *Magazine Littéraire*, nº 207, mai 1984, pp. 35-39. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.filoczar.com.br/foucault/Foucault-O-Que-e-o-Iluminismo.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2016.
- _____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. De l'amitié comme mode de vie. *Gai Pied*, nº 25, p. 38-39, abr. 1981. Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/amizade.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; _____.; ESCÓSSIA, L. (Org.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-52.
- _____.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.) *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 15-41.
- LE GOFF, J. Crescimento e tomada de consciência urbana. In: _____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 5-38.
- _____. O homem medieval. In: _____. (Org.) *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 9-32.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LOPES, K. J. M.; RIBEIRO, E. S.; SANTOS, J. J. G. Políticas para o viver e políticas do viver: uma feira-livre e histórias de condutas e contra-condutas em Aracaju. In: MATOS, M. S. A. L. (Org.). *Educação Ambiental e Sustentabilidade II*. Fortaleza: Edições UFC, 2010, v. 1, p. 35-44.
- _____.; SANTOS, J. J. G.; PROTÁZIO, M. Quando o que poderia ser se faz numa feira livre em Aracaju. In: LOPES, K. J. M.; CARVALHO, E. N.; MATOS, K. S. A. L. (Org.) *Ética e as reverberações do fazer*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 109-121.

- _____.; PONTES, A. A. M. O móvel sustento que uma feira livre faz. In: MATOS, M. S. A. L. (Org.). *Educação Ambiental e Sustentabilidade IV*. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 111-121.
- O ABECEDÁRIO de Gilles Deleuze. Produção de Pierre-André Boutang e Michel Pamart. Paris: Montparnasse edições, 1996. 3 DVD (450min.)
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: _____.; KASTRUP, V., ESCÓSSIA, L. (Org.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-30.
- PONTES, A. A. M. *Em meio a conversas: experiência nas relações cotidianas numa feira livre de Aracaju*. 2012. 128p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2012. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/2422/1/ANDRESSA_ALMADA_MARINHO_PONTES.pdf> Acesso em: 30 abr. 2015.
- RODRIGUES, J. C. *O corpo na História*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- SOUZA, M. N. C. *A teia da feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia*. 2010. 252p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/1632012123652.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2016.

Lázaro Batista
Universidade Federal de Roraima
E-mail: lazaro.batista@ufrr.br

Marina Luiza Pereira Guimarães
Universidade Federal de Roraima